

FASUBRA

A história da CSC/CTB é a história da Fasubra

A inserção de servidores públicos no movimento sindical brasileiro surge nos marcos do regime militar, se deu em um momento da história, onde qualquer ação dos servidores, contrária ao governo, era combatida veementemente pela máquina repressora do Estado Brasileiro através do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Além disso, toda contratação de novos servidores era obrigatória passar pelo crivo prévio da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), órgão subordinado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), que autorizava ou não o ingresso do servidor no serviço público federal.

Estas ações do Estado Militar coibiram e inibiram o movimento de servidores por longos anos. Diferentemente do ocorrido em outros países o movimento sindical brasileiro foi tardio.

No final da década de 70, impulsionados pelo movimento sindical com as ações no Grande ABC paulista, os servidores públicos reiniciaram também seus movimentos reivindicatórios, inclusive através de realização de greves, numa clara afronta ao governo, na época o presidente Figueiredo.

Neste período não era permitida ao servidor a filiação a partidos políticos e a sua militância se dava na clandestinidade.

Todos os movimentos se deram através de Associações de servidores, uma vez que a sua sindicalização não era permitida, portanto, todo movimento era ilegal.

Com o passar do tempo as práticas adotadas por estas associações extrapolavam sua área de abrangência legalista, assumindo a função sindical de organizar os servidores para lutar pelos seus direitos, elaborar pautas de reivindicações e democratizar as decisões da categoria.

Construindo assim uma identidade de classe de trabalhadores (as) do serviço



Maurício Moraes

público e não apenas um “bem móvel”. Servidores passivos e apolíticos, principalmente, no setor federal e Estadual.

As lutas sindicais são submetidas a uma disputa muito grande e a uma correlação de forças que nem sempre é favorável.

Neste contexto histórico, já em 1981 no encontro realizado pela Fasubra em João Pessoa, militantes do PCdoB e simpatizantes de uma nova concepção política para o conjunto do movimento sindical na Fasubra, começaram a se organizar com a finalidade de uma atuação mais constante e sistemática com o objetivo de organizar a categoria de trabalhadores (as) das Instituições Federais de Ensino. Em 1984 este grupo atua de forma incisiva no Congresso de Natal, tendo importante papel no processo da chamada “retomada da Fasubra”. Em 1987, durante a realização do Congresso da Fasubra em Belo Horizonte, os comunistas e aliados se insurgem contra o exclusivismo petista e constituem o movimento Unidade pra Lutar, que teve importante

papel no debate e na luta realizada pelo movimento sindical, atuando com esta denominação até o surgimento da CSC.

A Corrente Sindical Classista surge no cenário nacional como resultado da luta dos trabalhadores brasileiros em defesa dos seus direitos, em defesa da liberdade, em defesa das suas conquistas sociais e em defesa de um futuro que assegure aos trabalhadores um papel de protagonista, de dirigente na vida da nossa sociedade e na vida do nosso País.

Com a criação da Corrente Sindical Classista (CSC) em 1989, com a tradição de ser uma corrente de prática política ampla, democrática e que propugna pela não partidarização das entidades de massas, com uma plataforma classista e de vanguarda nas questões que envolvem os trabalhadores do serviço público em nosso país, composta, em sua ampla maioria, por militantes comunistas. A partir daí, o movimento sindical passou a ter alternativa para aglutinar militantes independentes e outros militantes de partidos diversos.

A CSC sempre teve como objetivo a construção unitária das lutas dos trabalhadores no âmbito do serviço serviços público, em todas as esferas de governo e poder, por entender que só através da unidade é possível transformar e fortalecer uma frente ampla e democrática, aglutinando militantes de várias correntes de pensamento e concepções ideológicas.

Ao longo destes anos, atuamos contra a privatização das IES e pela democratização das mesmas, na luta contra o projeto de Reformulação do Ensino Superior (GERES), na elaboração e implantação do PUCRCE, na luta travada na constituinte por uma constituição democrática, no movimento das "diretas já", em defesa das universidades públicas SOS; pela readmissão dos dirigentes da Unicamp; pela autonomia universitária das universidades paulistas; pela regulamentação e ampliação da cotas parte do ICMS para as universidades paulistas e centro Paula Souza; a LDB, no RJU, na construção do Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores (PUCT), que propõe um novo modelo para a Universidade Pública Brasileira, no Plano de Carreira dos trabalhadores e trabalhadoras das Universidades Brasileiras (PCCTAE).

Enfim, a atuação foi incisiva na luta em defesa da educação pública, bem como em defesa dos direitos e da valorização dos trabalhadores em educação das IES, contribuindo com o processo democratização.

SURGE A CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL

Fruto da realidade mais recente, no Brasil e no mundo estamos passando por

um período de reconfiguração na estrutura sindical. Mundialmente as correntes político-ideológicas que atuam no seio dos trabalhadores, movimentam-se no sentido do rearranjo e retomada de sua organicidade.

Este cenário mais geral, aliado a conquista recente e histórica dos trabalhadores de reconhecimento e legalização das centrais pelo Estado brasileiro, nos dá pistas do caminho que devemos seguir enquanto servidores técnico-administrativos em educação das instituições de ensino superior.

A saída da CSC da CUT em função da prática da CUT de isolar e "escantear" forças que tenham posições diferentes da sua não dando espaço de atuação a estas forças, o isolamento político dentro da CUT nos levou a saída e, em conjunto com outras forças políticas, a construção de uma nova alternativa classista e plural para o conjunto dos trabalhadores do Brasil CTB.

A CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil) nasceu em dezembro de 2007, animada pelo espírito desta luta classista que atravessa a história moderna, descrevendo uma epopéia de glórias, conquistas e avanços no sentido da humanização das relações sociais, libertação dos povos e combate ao colonialismo e neocolonialismo. A CTB nasceu num momento em que o capitalismo internacional, liderado pelas potências imperialistas e embriagado pela ideologia neoliberal, quer colocar abaixo o próprio Direito do Trabalho e todo o progresso obtido nas relações sociais. Nasceu para resistir a esta ofensiva reacionária, disfarçada de "pós-moderna" e "pós-industrial";

para defender os direitos sociais e a democracia, em aliança com todas as forças progressistas da nossa sociedade; para levantar a bandeira da valorização do trabalho e do socialismo do século XXI. Nasceu como uma central sindical classista, unitária, democrática, plural, de luta e de massas.

Conheça alguns de nossos princípios, objetivos e plano de lutas:

■ UNIDADE

A busca da mais ampla unidade da classe trabalhadora é um princípio basilar da CTB. Nossa classe se compõe de trabalhadoras e trabalhadores de diferentes categorias, ramos e setores da economia, jovens e idosos, ativos e aposentados, negros, brancos e índios, empregados e desempregados, formais e informais, rurais e urbanos, públicos e privados. A CTB defende com firmeza a unidade, proclama a necessidade de união das centrais e combate, com vigor, todas as concepções e iniciativas que promovem a divisão das categorias e o desmembramento das bases.

■ DEMOCRACIA

A democracia, representativa e participativa, é essencial para a unidade e a luta da classe trabalhadora e do movimento sindical. A vida democrática que a CTB defende é fundamentada na participação ativa dos trabalhadores e trabalhadoras nos embates políticos e na vida das entidades sindicais. Concebemos a democracia como um valor intrínseco à emancipação dos explorados, uma postura e uma forma de vida cotidiana, garantia do mais amplo processo de participação e diálogo. Entendemos, ao mesmo tempo, que democracia também pressupõe respeito e obediência às decisões e deliberações coletivas.

■ INDEPENDÊNCIA CLASSISTA

Defendemos a liberdade e autonomia sindical. Queremos nossas entidades livres e independentes dos patrões, governos, credos religiosos e partidos políticos na definição dos seus objetivos e campanhas e na luta pela transformação social. Não abriremos mão de direitos ou conquistas sociais arrancadas com muitas lutas ao longo da história. Lutaremos sempre para ampliar nossos direitos e melhorar a qualidade de vida de todo povo brasileiro.

Maurício Morais



■ SOLIDARIEDADE E INTERNACIONALISMO

A CTB deve promover os valores da solidariedade de classe, em âmbito local, nacional e internacional, em contraposição ao individualismo predatório propagado como suprema virtude pela concorrência capitalista e pelo neoliberalismo. É indispensável promover o internacionalismo proletário e defender projetos alternativos ao capitalismo e com orientação socialista.

■ ÉTICA NA POLÍTICA

A ação política deve ser guiada por princípios éticos, idéias e objetivos elevados. Nossa ética está embasada nos princípios do humanismo, do respeito e solidariedade entre os seres humanos e os povos, do compromisso com os interesses coletivos da classe trabalhadora, com a vida e o meio ambiente, com a justiça social e com a paz e a fraternidade humana.

■ COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

Não aceitamos os preconceitos, as discriminações e as intolerâncias, seja de cor, raça, etnia credo, origem, geração, classe social, gênero ou orientação sexual. Lutaremos com vigor por uma sociedade totalmente livre do machismo, da dominação de classe, do racismo e da homofobia, males estimulados pelo capitalismo que maculam e enfraquecem os ideais de igualdade e justiça social na sociedade brasileira.

■ EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES E DOS NEGROS

Compartilhamos a convicção de que sem a emancipação das mulheres, dos negros e outros segmentos oprimidos e discriminados da nossa sociedade não se poderá falar em libertação da classe trabalhadora e tampouco será aberto o caminho para uma nação justa, fraterna e igualitária.

■ SOCIALISMO

A razão de ser do movimento sindical é a luta já secular contra a exploração do trabalho pelo capital. A vitória completa do sindicalismo pressupõe, por consequência, o fim da exploração e de todo tipo de discriminação, a prevalência da igualdade, da justiça social, da fraternidade e da paz entre as nações. Defendemos



Maurício Morais

um socialismo fundado na soberania e na valorização da classe trabalhadora, com as cores e a cara do Brasil. O socialismo é o ideal maior da classe trabalhadora.

■ DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS

Frente à feroz ofensiva do capitalismo neoliberal contra os direitos conquistados pela classe trabalhadora durante os últimos séculos, é indispensável defender com energia a manutenção e ampliação dos direitos sociais; o efetivo direito ao trabalho, à saúde, à segurança, à livre escolha da profissão; o livre, inalienável e irrestrito direito de greve; a redução progressiva da jornada de trabalho; a universalização dos direitos sociais e dos serviços públicos; o aumento da participação dos salários na renda nacional; a remuneração digna e igualitária. A CBT não aceita nenhum direito a menos, só direitos a mais.

■ TRANSPARÊNCIA

Os sindicatos e entidades sociais e populares não são empresas. Seu objetivo central não é o lucro e sim a luta por igualdade e justiça econômica, política e social. Devemos zelar pela transparência, ética, seriedade, competência e profissionalismo. Nossas organizações devem ser exemplos de dignidade, fraternidade e solidariedade, individual e de classe.

■ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Vivemos hoje uma séria e profunda

crise ambiental, que coloca em risco a sobrevivência do planeta e da civilização humana. A CTB, enquanto Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil, luta por uma nação livre, soberana, próspera, justa, solidária, sustentável, democrática e progressista.

■ EDUCAÇÃO

A CTB concederá especial atenção à educação e formação da classe trabalhadora, indispensável à elevação da consciência social e consolidação de uma identidade classista, essencial à luta por uma sociedade sem explorados e/ou exploradores.

Para isso, é essencial que o governo assuma o papel estratégico da Universidade no desenvolvimento do país em um novo projeto nacional, e reconheça que é papel do Estado financiar a universidade pública, com os aportes de recursos necessários para que ela ofereça mais vagas, mais qualidade, mais serviços e mais ciência.

Uma medida essencial para democratizar o acesso ao ensino superior é ampliar as vagas das universidades públicas. É preciso destinar verbas, contratar professores e técnicos-administrativos para repor as vagas ociosas e suprir a expansão. A ampliação de vagas deve obedecer a uma visão estratégica dos setores em que o país mais precisa de profissionais qualificados, seja para ampliar e melhorar a qualidade do ensino fundamental seja para fazer frente a novos desafios tecnológicos da indústria ou a formação de cientistas.

É preciso avançar na democratização

das universidades brasileiras. Todos os setores da comunidade universitária devem ser envolvidos no debate sobre os rumos da universidade e da sociedade brasileira. Os dirigentes devem ser eleitos de forma autônoma pela comunidade universitária, e o resultado do pleito apenas homologado pelo governo. Nas eleições, deve prevalecer no mínimo o voto paritário, capaz de envolver amplamente estudantes, professores e servidores técnico-administrativos no debate sobre o projeto de universidade.

Os órgãos colegiados, responsáveis pelo dia-a-dia da vida acadêmica e institucional, também precisam ser democratizados, com a participação paritária dos setores da comunidade universitária.

A autonomia de gestão tem o papel fundamental de dar liberdade para que cada universidade possa gerir seus bens e recursos para aplicá-los em função de objetivos didáticos, pedagógicos, científicos e culturais democraticamente definidos.

Não se pode, no entanto, confundir autonomia com soberania. A Universidade, como instituição pública, deve prestar contas à sociedade, por meio de um eficiente sistema de avaliação institucional e estabelecer mecanismos de controle social sobre sua ação e seus projetos.

■ FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- a) Reconhecimento legal do comitê sindical de base, com estabilidade para seus membros;
- b) Estabelecimento de regras democráticas para os pleitos e as gestões sindicais, bem como de critérios de representatividade;
- c) Estimular campanhas de sindicalização, inclusive específicas voltadas para jovens e mulheres;
- d) Garantir a unicidade sindical enquanto princípio constitucional que entendemos necessário sua manutenção no ordenamento jurídico, pois só assim evitaria o surgimento de mais de um sindicato na mesma base de um sindicato. Dividir essa que para o movimento sindical é prejudicial, pois divide a base do sindicato e, conseqüentemente, enfraquece o movimento sindical.

■ AMPLIAR E UNIVERSALIZAR OS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

- a) Lutar pela regulamentação do mercado de trabalho, combater com rigor a terceirização e todas as formas de flexibilização e/ou precarização das relações entre capital e trabalho;
- b) Lutar pela erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil de acordo com o dispõe o ECA;
- c) Rejeitar todo e qualquer tipo de retrocesso nas regras da Previdência Social, defender a Previdência Pública, a universalização dos benefícios e o fim do fator previdenciário, lutando pela volta dos mecanismos de proteção do trabalhador usurpados dos trabalhadores nas reformas da previdência de 98 e 2003;
- d) Estabelecer o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho;
- e) Garantir o direito irrestrito de greve, coibir as práticas anti-sindicais;
- f) Defender a valorização dos aposentados e pensionistas (públicos e privados);
- g) Defender a saúde do trabalhador e da trabalhadora e a efetiva segurança no trabalho;
- h) Combater com vigor todo tipo de discriminação, seja de gênero, raça, etnia, idade ou orientação sexual, especialmente no ambiente de trabalho, exigindo igualdade de salários (para funções equivalentes) e melhores condições de trabalho. Garantir os direitos dos portadores de necessidades especiais.

■ PROMOVER A REFORMA AGRÁRIA EFETIVA

- a) Lutar pela efetivação da reforma agrária, redefinindo os critérios de produtividade, limitando o tamanho das propriedades e expropriando o latifúndio;
- b) Por um novo modelo de desenvolvimento rural, com ênfase na agricultura familiar.

■ UNIVERSALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS

- a) Fortalecer e qualificar o Sistema Único de Saúde (SUS);
- b) Priorizar a luta pela educação pública, gratuita, de qualidade e laica para todos e todas. Estabelecer a regulamentação das escolas privadas. Batalhar por creches públicas e escolas de tempo integral, bem como pela valorização dos profissionais de educação.

- c) Lutar pela reforma urbana, com ênfase no enfrentamento do déficit habitacional e construção de moradias populares;
- d) Defender modelo de meio ambiente baseado no desenvolvimento sustentável, com punição rigorosa dos crimes contra a natureza;
- e) Defender novas contratações no setor público através da realização de concursos públicos; a instituição de carreiras no serviço público enquanto instrumento de gerência e de desenvolvimento profissional dos servidores públicos com assimilação permanente de inovações tecnológicas, a produção de novas linguagens de comunicação e o exercício cotidiano de interações sócias e a qualidade dos processos de trabalho; a valorização do servidor; a ratificação da Convenção 151 (que garante aos servidores o direito à negociação coletiva); a instituição de mesas de negociação permanente em todos os Estados e municípios; a denúncia e o combate sem trégua à terceirização; o cumprimento da Emenda Constitucional 51 e da Lei 11.350, que garante a efetivação dos agentes comunitários de saúde e agentes comunitários de saúde e de combate às endemias; o pagamento de salários decentes.
- f) Lutar pela inclusão digital dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades.

■ MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA

- a) Reduzir substancialmente as taxas de juros;
- b) Acabar com a política de arrocho fiscal, utilizando os recursos esterilizados no superávit primário para ampliação dos investimentos públicos na infra-estrutura produtiva e social, bem como em ciência, pesquisa e tecnologia;
- c) Estabelecer o controle do Estado sobre o câmbio e o fluxo de capitais; restringir e taxar fortemente as remessas de lucros, dividendos e juros; renegociar a dívida interna; suspender o pagamento da dívida externa e utilizar os recursos poupados em investimentos na educação pública; combater a autonomia formal ou informal do Banco Central;
- d) Acabar com as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal aos gastos e investimentos públicos;
- e) Defender a integração política e econômica solidária da América Latina, fortalecer o Mercosul e as parcerias estratégicas com países como a China, Índia, Rússia e África do Sul, entre outros.